Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Ribeirão Preto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de julho de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo Contador CRC 1SP219767/O-1

Índice

Bala	ınço patrimonial	2
Den	nonstração do resultado	3
Den	nonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Den	nonstração dos fluxos de caixa	5
Nota	as explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	6
2	Apresentação das demonstrações financeiras	6
3	Descrição das principais políticas contábeis	6
4	Caixa e equivalentes de caixa	10
5	Títulos e valores mobiliários	10
6	Operações de crédito	11
7	Investimentos	13
8	Depósitos	13
9	Captações no mercado aberto e emissões de títulos	14
10	Obrigações por empréstimos e repasses	14
11	Outros obrigações	15
12	Imposto de renda e contribuição social	15
13	Contingências	17
14	Patrimônio líquido	17
15	Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional	18
16	Transações com partes relacionadas	19
17	Outras informações	19

Balanço patrimonial em 30 de junho

_		-	-	-
Em	mil	hares	dΔ	rasie

Ativo	Nota	2019	2018 Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018 Reapresentado
Circulante		398.903	(Nota 2.1.) 345.175	Circulante		328.658	(Nota 2.1.) 293.962
Disponibilidades	4	34	251	Depósitos	8	29.057	39.778
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 _	28.096	13.501	Depósitos à vista		15.577	11.691
Aplicações no mercado aberto		28.096	13.501	Depósitos a vista Depósitos a prazo		13.480	28.087
Títulos e valores mobiliários	5	75.463	70.226	Captações no mercado aberto	9	62.357	51.397
Carteira própria		10.437	17.634	Carteira própria		62.357	51.397
Vinculados à prestação de garantias		2.097	632	Cartella propria		02.557	31.337
Vinculados a compromissos de recompra		62.929	51.960				
				Relações interfinanceiras		28	42
Relações interfinanceiras	_	1.340	931		_		
Dogomentos e recebimentos e liquidos		1.340	931	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	148.915	143.648
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.340	931	Recursos de letras de crédito imobiliário		146.358	131.380
Operações de crédito	6	254.231	225.378	Recursos de letras de crédito do agronegócio		2.557	12.268
Setor privado	_	259.945	233.623	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	73.835	43.574
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(5.713)	(8.245)	Obrigações por repasses do País - instituições oriciais	10	73.033	43.374
Troviduo para oroano do inquidagao davidoda		(0.7.10)	(0.2.10)	BNDES		4.042	5.578
Outros créditos	_	28.501	6.246	FINAME		5.269	7.976
				FUNCAFÉ		64.524	30.020
Rendas a receber		1.266	1.116				
Créditos tributários Títulos e crédito a receber	12	9.315 457	8.234 580	Outras obrigações	11	14.466	15.523
Diversos		2.899	603	Sociais e estatutárias		3.972	3.379
Créditos a receber	6	19.119	1.657	Fiscais e previdenciárias		4.262	6.567
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	6	(4.060)	(5.944)	Débitos tributários	12	343	-
Premio a diferir sobre creditos a receber		(495)	-	Diversas		5.889	5.577
Outros valores e bens		11.237	28.642				
Outros valores e bens	-	11.231	20.042	Exigível a longo prazo		272.995	175.332
Bens não de uso próprio	17	13.280	30.685	3 3 - 1			
Provisões para desvalorizações		(2.043)	(2.043)	Depósitos	8	86.134	39.788
Realizável a longo prazo	_	324.044	233.096	Depósitos a prazo		86.134	39.788
Títulos e valores mobiliários	5	14.418	4.768	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	163.181	99.497
	_						
Carteira própria		14.418	4.768	Recursos de letras de crédito imobiliário		142.652	95.499
				Recursos de letras de crédito do agronegócio		20.529	3.998
Operações de crédito	6	246.456	179.516	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	23.679	36.047
Outro animate		040.004	400 470	DNDEC		0.004	0.040
Setor privado Provisão para crédito de liquidação duvidosa		248.601 (2.145)	183.476 (3.960)	BNDES FINAME		3.824 7.765	9.018 14.099
1 Toviodo para orcano de inquidação davidosa		(2.140)	(0.500)	FUNCAFÉ		12.091	12.930
Outros créditos	_	63.169	48.812				
				Patrimônio líquido	14	126.780	112.121
Créditos tributários	12	6.634	5.723	0.7414.4.7714		440.000	404.057
Títulos e crédito a receber Créditos a receber	17 6	18.597 42.077	300 48.397	Capital de domiciliados no País Reserva de capital		119.926 973	104.057 406
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	6	(692)	(208)	Reservas de lucros		5.881	7.658
Prêmio a diferir sobre creditos a receber		(3.446)	(5.400)				
Permanente		5.486	3.144				
Investimentos	7	5.188	2.889				
	,						
Imobilizado de uso	-	298	255				
Outras imobilizações de uso		664	750				
Depreciações acumuladas	-	(365)	(495)				
Total do ativo		728.433	581.415	Total do passivo e patrimônio líquido		728.433	581.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas da intermediação financeira47.78845.19Operações de crédito43.78042.29Resultado de operações com títulos e valores mobiliários4.6813.53Resultado com instrumentos financeiros derivativos(672)(63	293
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários 4.681 3.53	
	639)
Despesas da intermediação financeira (21.411) (17.37	371 <u>)</u>
Operações de captação no mercado(14.645)(12.96)Operações de empréstimos e repasses(4.042)(3.30)Provisão para créditos de liquidação duvidosa6 (e)(2.723)(1.09)	308)
Resultado bruto da intermediação financeira 26.378 27.82	820
Outras receitas (despesas) operacionais (9.858) (9.52	524)
Despesas de pessoal 17 (i) (4.852) (4.45 Outras despesas administrativas 17 (ii) (4.871) (4.24 Despesas tributárias (1.287) (1.27 Outras receitas operacionais 351 Resultado de participação em controlada 7 467 9	244) 273) 95
Outras despesas operacionais (377) (11 Resultado operacional 16.519 18.29	118) 296
·	290 191)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações 16.590 18.10	
Imposto de renda e contribuição social 12 (5.236) (5.96	
Imposto de renda e contribuição social correntes (3.716) (7.10 Imposto de renda e contribuição social diferidos (1.520) 1.14	109)
Participações no resultado 17 (iii) (1.500) (1.10)	100)
Lucro líquido no semestre 9.854 11.03	037
Juros sobre o capital próprio 14 (3.972) (3.37	379)
Número de ações 118.992.377 103.123.86	864
Lucro líquido por ação - R\$ 0,08 0,	0,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais

			Reserva	_			
		-	de capital	Reservas de	ucros		
			Atualização		Reservas		
		Capital	de títulos	Reserva	especiais	Lucros	
	Nota	social	patrimoniais	legal	de lucro	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		92.004	522	623	5.638		98.787
Aumento de capital social	14	12.053	(522)	(623)	(5.638)		5.270
Atualização de títulos patrimoniais			406				406
Lucro líquido no semestre						11.037	11.037
Destinações:							
Reserva legal	14			552		(552)	
Juros sobre o capital próprio	14					(3.379)	(3.379)
Lucros à disposição dos acionistas	14				7.106	(7.106)	
Saldos em 30 de junho de 2018	·	104.057	406	552	7.106		112.121
Saldos em 31 de dezembro de 2018		104.057	1.337	784	7.957		114.135
Aumento de capital social		15.869	(1.337)	(784)	(7.957)		5.791
Atualização de títulos patrimoniais			973				973
Lucro líquido no semestre						9.854	9.854
Destinações:							
Reserva legal	14			493		(493)	0
Juros sobre o capital próprio	14					(3.972)	(3.972)
Lucros à disposição dos acionistas	14				5.389	(5.389)	
Saldos em 30 de junho de 2019		119.926	973	493	5.389		126.780

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	2019	2018
		Reapresentado (Nota 2.1.)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(17.641)	12.241
Lucro líquido do semestre	9.854	11.037
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	5.236	5.968
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.723	1.096
Provisão para participações no resultado	1.500	1.100
Depreciações	50	41
Resultado de participação em controlada	(467)	(95)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(1.091)	442
Variação de ativos e passivos	(35.446)	(7.348)
Títulos e valores mobiliários	(44.043)	46.523
Relações interfinanceiras	(1.010)	(683)
Operações de crédito	(3.032)	(42.892)
Outros créditos	(15.342)	46.118
Outros valores e bens	18.380	(20.079)
Depósitos	45.265	5.981
Obrigações por operações compromissadas	30.370	(5.402)
Relações interfinanceiras	28	42
Recursos de letras de crédito imobiliário e do agronegócio	31.768	17.684
Obrigações por repasses	(83.845)	(40.459)
Outras obrigações	(12.776)	(13.145)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.210)	(1.036)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(45)	(36)
Adição de ativo imobilizado	(45)	(36)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.686)	12.205
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	45.816	1.547
No fim do semestre	28.130	13.752
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(17.686)	12.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco" ou "BRP"), banco múltiplo, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, além de fomentar as atividades mercantil, industrial e de agropecuária.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e demais normas do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de julho de 2019.

2.1 Reapresentação das cifras comparativas

Em 2018, seguindo orientações do Banco Central do Brasil — BACEN para aprimoramento da apresentação das demonstrações financeiras do Banco, foram efetuadas reclassificações de saldos ativos e passivos referentes a aquisição de cédulas de crédito imobiliário que estavam sendo divulgadas na linha de operações de créditos. As mesmas reclassificações foram efetuadas no balanço patrimonial de 30 de junho de 2018, apresentado nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019 para fins de comparação, as quais podem ser assim resumidas:

- No ativo circulante, de "Operações de crédito" para "Outros créditos", no montante de R\$ 4.287;
- No ativo não circulante de "Operações de crédito" para "Outros créditos", no montante R\$ 48.189; e
- No passivo de exigível a longo prazo "Resultado de exercícios futuros" para o ativo não circulante "Outros créditos", no montante de R\$ 5.400.

As reclassificações não impactaram as demonstrações do resultado e as mutações do patrimônio líquido, bem como não afetaram a apuração de impostos dos semestres de 2019 e de 2018. As reclassificações impactaram a demonstração dos fluxos de caixa de 30 de junho de 2018, porém apenas entre as linhas que formam as "Atividades operacionais", sem alterar o total dessas atividades e, portanto, a demonstração dos fluxos de caixa de 30 de junho de 2018, apresentada para fins comparativos com 30 de junho de 2019, também foi reapresentada.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para aquelas de natureza financeira.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- (i) Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

(e) Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.282/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Outros valores e bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

(h) Permanente

- Investimento: o Banco possui participação societária em empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O Banco não faz a consolidação do investimento em sua controlada devido a não relevância dos saldos e da operação da investida (Nota 7).
- Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10%; veículos e equipamentos de processamento de dados 20%; edificações 4%.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 15% (2018 – 20%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 12).

(k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que
 assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em
 julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação
 com outro exigível.
- Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2019	2018
Disponibilidades	34	251
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
LTN - Letras do tesouro nacional	26.605	12.001
LFT - Letras financeiras do tesouro	1.491	
NTN - Notas do tesouro nacional		1.500
<u> </u>	28.130	13.752

5 Títulos e valores mobiliários

Composição, vencimento e avaliação pelo valor de mercado

A carteira é composta de aplicações em títulos públicos, certificados de recebíveis imobiliários classificados na categoria títulos para negociação e nesse semestre adquirimos CDCA (certificado de direitos creditórios do agronegócio) emitido por produtores rurais e pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio, e, CPR (cédula de produto rural) emitido por produtores rurais. Tanto CDCA, CPR e debêntures estão classificados em categoria de título mantidos até o vencimento.

				2019	2018
				Prazo de vencimento	
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado (contábil)	Acima de 360 dias	Valor de mercado (contábil)
LFT - Letras financeiras do tesouro LTN - Letras do tesouro nacional CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	6.344 3.528 433	(2) 129 5	6.341 3.657 438	6.341 3.657	7.560 8.450 1.624
CRT - Certificados de receniveis imobilianos CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio CPR - Cédula de produto rural Debêntures	8.231 2.573 3.614	5	8.231 2.573 3.614	8.231 2.573 3.614	4.768
Vinculados à prestação de garantias: LFT	2.098	(1)	2.097	2.097	632
Carteira própria	26.821	131	26.952	26.514	23.034
Vinculados a compromisso de recompra: LTN/LFT	61.860	1.069	62.929	62.929	51.960
Total	88.681	1.200	89.881	89.443	74.994
Circulante		-	(75.463)	-	(70.226)
Não circulante		-	14.418	-	4.768

Os títulos privados estão custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão.

Não ocorreu reclassificação de títulos entre categorias durante o semestre.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações de crédito 6

(a)	Composição da	carteira por mo	dalidade de ope	ração - Setor privado
-----	---------------	-----------------	-----------------	-----------------------

	2019	2018
Capital de giro	188.397	129.402
Conta garantida	19.522	8.860
Desconto/CDC - Crédito direto ao consumidor	31.242	18.399
Repasses de recursos do BNDES/FINAME	12.414	23.038
Vendor/Compror/CCE	10.596	19.046
Crédito pessoal	18.374	14.210
Financiamento rural/Agroindustriais/FUNCAFÉ	81.060	63.862
Cessão de crédito imobiliário	65.137	16.278
CCBI/CCI - Cédula de crédito imobiliário	143.000	174.058
	569.742	467.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (e))	(12.611)	(18.357)
	557.132	448.796

(b) Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	2019	2018
Indústria	34.041	24.994
Comércio	87.884	91.214
Serviços	274.362	169.896
Pessoas físicas	160.632	168.158
Rural	12.823	12.891
	569.742	467.153

(c) Composição da carteira por faixa de vencimento das parcelas - Setor privado

	2019	2018
A vencer acima de 360 dias	290.678	231.873
A vencer entre 90 e 360 dias	190.220	161.935
A vencer até 90 dias	85.872	66.348
Vencidas	2.973	6.997
	569.742	467.153

(d) Concentração de crédito

			2019			2018
			% sobre	_		% sobre
	Valor	Carteira	PL_	Valor	Carteira	PL
Maior	28.705	5,04	22,64	24.856	5,32	22,17
10 maiores 20 maiores	160.705 254.681	28,21 44,70	126,76 200,88	147.490 212.090	31,57 45,40	131,55 189,16

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2019	2018
Saldo inicial	(25.930)	(19.627)
Baixas no exercício	16.043	2.366
Constituição de provisão	(3.130)	(7.176)
Reversões de provisão	407	6.080
Saldo final	(12.611)	(18.357)

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

2040

Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	89.217		89.217	15,67		
Α	341.826	5.401	347.227	60,94	1.736	0,5
В	83.652	6.588	90.239	15,84	902	1
С	16.384	9.030	25.414	4,46	762	3
D	2.943	2.418	5.361	0,94	536	10
E	141	1.795	1.936	0,34	581	30
F	1.949	1.596	3.545	0,62	1.772	50
G	3	1.606	1.609	0,28	1.127	70
н _	515	4.678	5.194	0,91	5.194	100
_	536.631	33.112	569.742	100,00	12.611	
						2018

Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	64.847		64.847	13,89		
Α	280.360	5.358	285.718	61,16	1.428	0,5
В	40.196	5.781	45.977	9,84	460	1
С	19.794	8.471	28.265	6,05	848	3
D	3.021	19.811	22.832	4,89	2.283	10
E	2.719	2.253	4.972	1,06	1.492	30
F	1.693	2.329	4.022	0,86	2.011	50
G	268	2.014	2.282	0,49	1.597	70
Н _	2308	5.930	8.238	1,76	8.238	100
_	415.206	51.947	467.153	100,00	18.357	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de R\$ 33.112 (2018 - R\$ 51.947), apresentado na coluna atraso, é representado por contratos com parcelas vencidas no final de cada semestre.

O Banco não tem como prática a cessão de créditos a terceiros e nos semestres de 2019 e 2018 não realizou operação dessa natureza.

No semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 4.561 (2018 - R\$ 4.435), cujo valor está registrado em "Receita da intermediação financeira — Operações de crédito" no resultado do semestre. O volume de renegociações em 2019 foi de R\$ 26.706 (2018 - R\$ 31.514).

7 Investimentos

(a) Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 477 (2018 - R\$ 332) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No semestre, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 757 (2018 - R\$ 96) e distribuiu dividendos desproporcionais no montante de R\$ 290. A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada.

(b) Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 4.711 (2018 - R\$ 2.557), que referemse, substancialmente, a participação na CIP — Câmara Interbancária de Pagamento e na CERTA — Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

8 Depósitos

(a) Composição por vencimento

. , .	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019
Depósito à vista Depósito a prazo	15.577	1.168	12.312	86.134	15.577 99.614
	15.577	1.168	12.312	86.134	115.191
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018
Depósito à vista Depósito a prazo	11.691	2.815	25.272	39.788	11.691 67.875
	11.691	2.815	25.272	39.788	79.566

(b) Maiores depositantes

			2019					
			% sobre	_		% sobre		
	<u>Valor</u>	Carteira	PL	Valor	Carteira	PL		
Maior	57.643	50,04	45,47	19.873	24,98	17,72		
10 maiores 20 maiores	86.196 98.928	74,83 85,88	67,99 78,03	50.515 62.289	63,49 78,29	45,05 55,56		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Captações no mercado aberto e emissões de títulos

	-			Vencimento
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019
Operações compromissadas Recursos de aceites e	62.357			62.357
emissão de títulos - LCI/LCA	26.303	122.612	163.181	312.096
	88.660	122.612	163.181	374.453
				Vencimento
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018
Operações compromissadas Recursos de aceites e	51.397			51.397
emissão de títulos - LCI/LCA	20.569	123.079	99.497	243.145
	71.966	123.079	99.497	294.542

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados substancialmente por LCI – Letras de crédito imobiliário que são lastreadas pelas operações de crédito vinculadas a CCI – Cédula de crédito imobiliário.

10 Obrigações por empréstimos e repasses

				Vencimento
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019
Repasses do BNDES (i)	1.093	2.948	3.824	7.865
Repasses do BNDES / FINAME (i)	1.040	4.229	7.765	13.034
Repasses FUNCAFÉ (ii)	26.563	37.961	12.091	76.615
	28.697	45.138	23.679	97.514
	Até	De 90	Acima de 360	
	90 dias	a 360 dias	dias	2018
Repasses do BNDES (i)	1.339	4.239	9.018	14.596
Repasses do BNDES / FINAME (i)	1.579	6.397	14.099	22.075
Repasses FUNCAFÉ (ii)	14.677	15.343	12.930	42.950
	17.595	25.979	36.047	79.621

⁽i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2024, sobre as quais incide a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

⁽ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, com vencimento final até 2020, sobre as quais incide a taxa de juros aproximadamente de 4,50% a.a. (2018 – 4,50% a.a. (Reapresentado)) para os recursos liberados aos clientes e a taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros obrigações 11

	2019	2018
Impostos a recolher	4.262	6.587
Encargos trabalhistas	1.015	718
Juros sobre capital próprio (Nota 14)	3.972	3.379
Participações no resultado	1.500	1.421
Credores diversos	2.892	2.935
Passivo tributário diferido (Nota 12)	343	
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 13)	149	149
Outros	334	334
	14.466	15.523

Imposto de renda e contribuição social 12

Conciliação de alíquota (a)

	2019	2018
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	16.590	18.105
Despesas de participações no resultado	(1.500)	(1.100)
Juros sobre o capital próprio	(3.972)	(3.379)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	11.117	13.626
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(381)	(1)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(1.281)	2.307
Base de cálculo	9.455	15.932
IRPJ (15%)	1.418	2.390
Adicional (10%)	933	1.581
Incentivos fiscais	(54)	(48)
IRPJ (25%)	2.298	3.923
CSLL (15%) (2018 - 20%)	1.418	3.186
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.716	7.109

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos tributos diferidos

		2019	2018
	Créditos tributários		
	IRPJ e CSLL diferido sobre:		
	 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 	13.948	10.290
	 Impairment de outros valores e bens 	817	920
	 Provisão para contingências 	60	67
	 Juros sobre capital próprio 		1.521
	 Participações no resultado 	600	639
	 Ajuste a mercado de instrumentos financeiros 	494	487
	· Outros	29	33
		15.948	13.957
	Menos: parcela circulante	(9.315)	(8.234)
	Parcela não circulante	6.634	5.723
	Parceia não circulante	0.034	5.723
	Débitos tributários		
	IRPJ e CSLL diferido sobre:		
	 Ajuste a mercado de instrumentos financeiros 	(343)	
	Tributos diferidos, líquidos	15.604	13.957
(c)	Movimentação dos tributos diferidos		
		2019	2018
	Saldo inicial	18.132	12.815
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(454)	(775)
	Juros sobre capital próprio	,	1.521
	Participações no resultado	80	(138)
	Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros	(168)	`487 [´]
	Outros créditos	29	47
	Efeito majoração da alíquota da CSLL	(2.014)	,
	Saldo final	15.605	13.957
	% Sobre o patrimônio líquido	12,31	12,45

Em 30 de junho 2019 e 2018, não haviam créditos tributários não registrados.

(d) Estimativas de realização

Com base na estimativa da administração do Banco, para a realização dos créditos tributários, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2019 de 0,5180% a.m., é de R\$ 14.654.

(e) Lei 13.169/15

Por meio da MP 675/15, transformada em Lei 13.169/15 em 10 de setembro de 2015, o Governo Federal elevou, a partir de setembro de 2015, a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL),

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

devida pelas instituições financeiras, de 15% para 20%. A presente lei vigorou até 31 de dezembro de 2018, sendo que a partir dessa data, a alíquota da CSLL passou a vigorar novamente a 15%.

De forma similar, as diferenças temporárias que foram geradas dentro do período de 10 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidas contabilmente levando-se em conta as alíquotas vigentes do mesmo período, independente do prazo previsto de realização das diferenças temporárias.

13 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências tributárias são representadas por processos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos pelo Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica "Outras obrigações" no montante de R\$ 149 (2018 – R\$ 149).

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda que montam a R\$ 2.238 (2018 – R\$ 3.666) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

14 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 118.992.377 (2018 - 103.123.864) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País no montante de R\$ 119.926 (2018 - R\$ 104.057).

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de janeiro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social com a emissão de 15.868.513 (2018 – 12.053.511) novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 784 (2018 – R\$ 623), de atualização de títulos patrimoniais – R\$ 1.337 (2018 – R\$ 522), de lucros – R\$ 7.957 (2018 – R\$ 5.638), bem como utilizando créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 5.791 (2018 – R\$ 5.270). O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 11 de fevereiro de 2019, respectivamente.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, após as deduções estatutárias, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

O valor de R\$ 5.389 em 30 de junho de 2019 (2018 – R\$ 7.106), refere-se ao saldo remanescente do lucro após as destinações estatutárias, levado para a reserva especial de lucros cuja destinação será deliberada pelos acionistas.

No semestre, o Banco provisionou R\$ 3.972 (2018 - R\$ 3.379) a título de juros sobre o capital próprio que

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

está demonstrado na rubrica "Outras obrigações – Sociais e Estatutárias", o que representa 40,31% do lucro líquido do semestre. Essa proposição será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária.

15 Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional

(a) Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 3.988/11 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

(b) Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, dólar, preço de mercado de ações e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia "value-at-risk" para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adotou o modelo EVE (Economic Value of Equity) a partir de 31 de dezembro de 2015 para cálculo do risco, que consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto da carteira. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos de longo prazo.

A área de Gestão de Risco é a responsável pela atividade de gerenciamento do risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 3.464/07 do CMN.

(c) Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação.

(d) Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco operacional

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 3.380/06 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

16 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 3.750/09.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 junho:

(a) Saldos e operações

	-		2019	201		
Descrição	Parte relacionada	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	
Depósitos Depósitos	Pessoa Física Pessoa Jurídica	(52) (23)	(1) (20)	(913) (338)	(52)	
LCI - Letras de crédito imobiliário LCA - Letras de crédito do agronegócio	Pessoa Física Pessoa Física	(34.149) (6.917)	(1.044) (203)	(29.221) (5.101)	(924) (181)	
	<u>.</u>	(41.141)	(1.268)	(35.573)	(1.157)	

(b) Remuneração da administração

As despesas no semestre com remuneração dos administradores compostas basicamente de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, estão registrados na rubrica "Despesas de pessoal" e "Participação nos resultados" na demonstração do resultado do semestre.

17 Outras informações

- (i) Despesas de pessoal Referem-se a salários, encargos e benefícios.
- (ii) Outras despesas administrativas Referem-se, substancialmente, a despesas com tecnologia e informação R\$ 1.484 (2018 R\$ 1.334), despesas de aluguéis e instalações R\$ 456 (2018 R\$ 399) e despesas de serviços prestados R\$ 1.492 (2018 R\$ 1.290).
- (iii) Durante o semestre foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 1.500 (2018 R\$ 1.100) baseado nas diretrizes definidas pela administração.
- (iv) Os outros valores e bens referem-se à escrituração de imóveis recebidos em dação de pagamento (BNDU Bens Não de Uso Próprio), pelo seu custo, e são avaliados periodicamente quanto ao valor recuperável real dos bens e, quando aplicável, é constituída provisão. Nesse semestre houve uma redução em relação aos saldos de 30 de junho 2018, através dos esforços da administração nas vendas dos BNDUs e por entender

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que as cláusulas resolutivas de dois contratos particulares de compromisso de permuta para incorporação imobiliária e outras avenças, no montante de R\$ 18.598, evoluíram significativamente neste semestre. A reclassificação contábil dos contratos citados ocorreu entre "Bens Não de Uso Próprio – Outros Valores e Bens" e "Títulos e Créditos a Receber – Outros Créditos".

* * *